

É hora de investir

THOMÁS TOSTA DE SÁ

"As razões pelas quais as pessoas não se sentem felizes: Estão sempre vendo o futuro melhor do que ele será, estão sempre vendo o presente pior do que ele é, e estão sempre vendo o passado melhor do que ele foi."

Marcel Proust

O artigo publicado pelo professor Bresser Pereira em edição recente do Estado, "Pacto Empresarial contra a Especulação", bem como uma manchete na seção de Política Econômica, "BC Estuda Plano Contra a Evasão", refletem com precisão um problema grave que a economia brasileira enfrenta no momento: a falta de novos investimentos, nos volumes por ela demandados.

A justificativa dos investidores para essa insuficiência assemelha-se à explicação de Marcel Proust, de por que as pessoas não se sentem felizes:

1) Estão vendo o momento econômico, no futuro, melhor do que ele será.

2) Estão vendo o momento econômico, no presente, pior do que ele é.

3) Estão vendo o momento econômico, no passado, melhor do que ele foi.

Se atentarmos também para o conhecido jargão dos investidores de Bolsa, de que se deve comprar na baixa e vender na alta, diríamos que, seguramente, estamos vivendo na economia brasileira momentos de baixa. E que, para ocupar espaços e se aumentar a participação de mercado, é este o momento de investir.

Mas, para investir são necessários recursos e o que se vê, há algum tempo, é que os recursos existentes não têm se dirigido para os investimentos produtivos. Têm, até com muita frequência, sido retirados de circulação da economia brasileira, num dos períodos mais críticos de fuga de capitais da nossa história econômica. Associem-se a essa fuga deliberada de capitais os compromissos, assumidos pelo Brasil, de honrar o pagamento de sua dívida — e nos vemos na posição constrangedora de voltar a discutir a necessidade ou não de declarar uma nova moratória.

É indiscutível que o governo é o grande responsável pelo clima de incentivo à fuga de capitais e de desestímulo a novos investimentos. Só para dar um exemplo, a política cambial irrealista tem estimulado a prática de duas alternativas de fuga de capital no comércio exterior: o subfaturamento nas exportações e o superfaturamento nas importações.

A tentativa de transferir para a Cacex o papel inibidor dessa prática, através de medidas de controle de preços de importação e exportação, é providência burocrática que sobrecarrega as atividades dessa agência do governo, uma das poucas entidades governamentais efetivamente eficientes.

Da mesma forma que, durante o Plano Cruzado, assistimos à "desobediência civil", ao "encolhimento" do metro, ao "emagrecimento" do quilograma, voltamos, durante o Plano Verão, a presenciar práticas que conduzem a uma deterioração dos padrões éticos da sociedade. Concorde em que estamos muito longe de atingir o estágio que levou a sociedade argentina, num momento de desespero, a saquear o próprio vizinho, para garantir o seu abastecimento. Não foram apenas os grandes supermercados vítimas da degradação máxima que pode ser praticada por uma sociedade — saque —, mas a pequena mercearia do bairro, ou a padaria da esquina, cujo proprietário via, atônito, seu vizinho e "amigo" entrar em sua propriedade e, com a maior falta de pudor, tirar produtos da prateleira sem pagar.

Não podemos hesitar: o momento é este, a hora é agora

A crise argentina em nada se compara com a crise brasileira, a não ser nas medidas econômicas desastrosas adotadas pelos dois governos. A dolarização da economia argentina e a queda do seu PIB é um fenômeno que ocorre há muitos anos. A economia brasileira, ao contrário, apesar do governo, tem mantido seu crescimento, embora os números oficiais não o demonstrem. Empresários e trabalhadores encontraram um denominador comum para manter a economia em crescimento, aumentando a participação da economia informal na formação do PIB.

A explosão de consumo a que assistimos no momento não faz parte da cartilha do economês e desorienta os formuladores de planos e pacotes de uma política econômica. Por outro lado, está em crise a consciência moral da sociedade, que só encontra o caminho da sobrevivência pela burla do fisco e dos regulamentos excessivos impostos pelos governos federais, estaduais e municipais.

A sociedade brasileira não aceita esta agressão a seus padrões morais, e pede uma reforma. É por isto que o candidato à Presidência que primeiro levantou a bandeira reformista lidera hoje

implacavelmente todas as pesquisas de intenção de votos conduzidas no País.

O ministro da Fazenda, reconhecendo o desgaste moral do governo a que pertence, busca um "programa ponte" para conduzir a política econômica até a entrega do bastão ao presidente que for eleito em 15 de novembro. Reconhece que não há mais credibilidade para novos choques, ortodoxos ou heterodoxos, e que sua função se limita a conduzir a economia, sem maiores traumas, até 15 de março de 1990. Enquanto isso, cabe aos empresários, brasileiros e estrangeiros, ter uma visão de mais longo prazo e reconhecer que o momento atual é a hora certa para a retomada de investimentos. E um recente trabalho publicado por uma firma internacional de consultoria indica o Brasil como alternativa importante para novos investimentos.

Os trágicos incidentes ocorridos recentemente na China mostram que a estabilidade político-social que atravessamos deve ser preservada a qualquer preço. A China, que nos últimos dez ou quinze anos vinha sendo palco de investimentos crescentes de empresas multinacionais, sofrerá indiscutivelmente um forte abalo nesse fluxo de capitais. Os países investidores, liderados pelo Japão, que vinham encontrando no mercado chinês uma alternativa válida para novos investimentos, seguramente buscarão outros caminhos. Cito o exemplo chinês, pois muito me impressionou um contato que fiz recentemente com um grande grupo investidor estrangeiro que havia encaminhado nos últimos dez anos, mais de 200 novos projetos de investimento na China, entre eles uma fábrica de brinquedos com 20.000 empregados. Em todos esses projetos uma parcela variável de 20 a 40% da produção destina-se ao mercado externo, como forma de tornar viável o pagamento dos empréstimos contratados internacionalmente.

Cabe ao empresariado nacional liderar esse processo de retomada de investimentos, ao invés de contribuir para o aumento de nossa poupança no Exterior. E de dar argumentos para a comunidade financeira internacional, que nos critica, com razão, dizendo que, se os brasileiros detentores de recursos no Exterior não estão dispostos a investir em seu País, então não têm o direito de pedir a entrada de dinheiro novo.

□ Thomás Tosta de Sá foi vice-presidente da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec) e é diretor da Divisão de Exportação da São Paulo Alpargatas S.A.